

Gregori considera conferência positiva

Agência Estado

O ministro da Justiça, José Gregori, avaliou ontem como positivo o resultado da Conferência Internacional contra o Racismo, em Durban, na África do Sul, apesar do clima conturbado e da falta de acordo para compromissos mais firmes na luta contra a exclusão. "Não foi uma conferência perdida, ela foi positiva pelo fato de ter havido", disse o ministro.

Gregori acredita que a conferência desencadeou ações positivas em muitos países, a exemplo do comitê que será criado pelo

governo brasileiro para propor ações afirmativas de combate à desigualdade racial. Para o ministro, a conferência foi contaminada pela conjuntura política internacional, principalmente em razão da disputa entre Israel e Palestina, o que acabou desviando sua finalidade.

"Isso acabou servindo para demonstrar que os EUA precisam redobrar a vigilância em relação a esses temas e os fundamentalistas precisam rever suas atitudes e deixar as questões políticas para conferências específicas e apropriadas", destacou Gregori.

O ministro da Educação,

Paulo Renato, também considerou o relatório brasileiro da conferência muito bom, por contemplar os avanços que houve no país nos últimos anos na questão racial e a definição de ações afirmativas importantes. "Na área da educação, por exemplo, nós temos o pré-vestibular para negros que queremos criar, temos a incorporação que já houve de negros na educação básica e queremos que haja a igualdade social no acesso à educação, o que no nosso país significa também igualdade racial", disse Paulo Renato.

A dificuldade de se chegar a um consenso, entende Paulo Renato, deve-se ao fato de que todas as conferências das Nações Unidas reúnem interesses de diferentes países. "Houve uma avanço de, pelo menos, trazer o tema à discussão."

Segundo o ministro da Educação, o Brasil não resolverá o problema da desigualdade racial estabelecendo cotas para negros nas universidades. "O problema para dar acesso aos negros na universidade em nosso país infelizmente ainda não é cota, é acesso à educação básica", afirmou Paulo Renato.